



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº DE - CDH



SF/19180.35386-00 (LexEdit)

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater "a exploração mineral em terras indígenas".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério de Minas e Energia;
2. Representante do Ministério de Meio Ambiente;
3. Representante da FUNAI;
4. Representante do APBI - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil;
5. Representante do Sindicato Nacional dos Garimpeiros;
6. Representante do Instituto Socioambiental (ISA);

JUSTIFICAÇÃO

A mineração em terras indígenas é matéria controversa e vem sendo objeto de intensas discussões desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Conforme vem sendo noticiado pela imprensa, o Presidente Bolsonaro pretende legalizar o garimpo com o intuito de permitir que empresas estrangeiras possam explorar as riquezas da Amazônia, em parceria com companhias

brasileiras. Se, por um lado, sabe-se que áreas demarcadas são ricas em minério, por outro lado, é preciso proteger as comunidades sabidamente vulneráveis.

São inúmeros os relatos de invasões de grileiros em terras indígenas. Segundo a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e ONGs, cerca de 85% das 561 terras indígenas brasileiras sofrem algum tipo de invasão. Os motivos mais comuns são a exploração de recursos naturais como madeira, minérios, caça e pesca de forma ilegal, contaminação do solo e da água por agrotóxicos; e incêndios, dentre outras ações criminosas.

No estado de Rondônia por exemplo, ao menos duas terras indígenas, dos povos Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna, registraram a presença de invasores no início de 2019. Ambas são terras em que os indígenas vêm denunciando a crescente pressão de grileiros, que buscam estabelecer lotes e ocupar ilegalmente o território.

Diante desses fatos, queremos ouvir os setores envolvidos e quais ações estão sendo realizadas pelo o Governo Federal.

Sendo assim, entendo ser de suma importância a realização da Audiência Pública proposta, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, 30 de agosto de 2019.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

